

# GESTÃO .Org

Revista Eletrônica de  
Gestão Organizacional

ISSN 1679-1827

[www.gestaoorg.dca.ufpe.br](http://www.gestaoorg.dca.ufpe.br)

Volume 3, Número 2, mai./ago. 2005

---

## TEORIA – PARA QUÊ?

**Pedro Demo**  
PROPAD/UFPE

**Sumário:** 1. Por que teorizar?; 2. Teoria científica; 3. Teoria hoje.

---

Teorizar sobre o papel e a importância da teoria parece a coisa mais extravagante e inútil do mundo. Pode ser, mas para os afoitos, em especial leigos! Para quem toma a sério o métier da reconstrução do conhecimento, e, em particular, o desafio metodológico, é coisa das mais sérias. Apesar da fama dúbia que a teoria tem, porque se confunde facilmente com “teoricismo” ou “academicismo”, representa atividade das mais essenciais do processo de conhecimento. Teoricismo indica fazer teoria pela teoria e academicismo implica fuga da realidade, estereótipos que se resumem na “torre de marfim”, muitas vezes aplicada à universidade. Há uma pecha merecida aí, porque fazer universidade significa ainda em larga medida aninhar-se num campus e levar vida bem diferente daquela dos cristãos comuns (Duderstadt, 2003. Demo, 2004a). Em muitos países ainda é assim: os estudantes fazem um parêntesis em suas vidas por quatro ou cinco anos e se dedicam aos estudos, sendo que estudar é mexer com teorias, métodos, ler muito, pesquisar, pairando sobre isso tudo certo ar de mundo da lua. Mesmo para quem estuda à noite, isto significa retirar este tempo do dia de trabalho para poder dedicar-se aos livros ou coisa parecida. Esta pecha está hoje em declínio visível, porque percebemos, muito mais que antes, ser conhecimento a dimensão mais prática da vida, por mais que implique teorizar. Neste sentido, não há dicotomia entre teoria e prática, embora se trate de conceitos bem diferentes (Demo, 2004), porquanto nada é mais prático para a vida do que teoria bem urdida e nada qualifica mais o conhecimento do que boa prática. Ocorre que na prática toda teoria é outra e na teoria toda prática é outra. A relevância de ambas está na incompletude recíproca: se a teoria não enfrentar a prática, jamais muda; se a prática não voltar à teoria, não se renova. Uma não substitui a outra, nem se encaixa exatamente na outra. Como unidade de contrário, uma desafia e necessita da outra.

Neste texto de corte metodológico, procuro fundamentar a importância da teorização como expediente fundamental de explicação da realidade, no contexto da pós-modernidade (sem com isso aderir ao pós-modernismo tout court) (Demo, 1999). Embora o uso pejorativo de teoria possa sempre estar presente, construir conhecimento implica a habilidade de tecer teorias. Afinal, um texto é um “tecido”, feito de urdiduras teóricas bem tramadas. Teoria supõe, como regra, idéias arrumadas, habilidade explicativa para além da descritiva, labor sistemático sobre sistemas teóricos, tessitura lógica não contraditória, capacidade eminente de argumentação e

contra-argumentação, primazia ostensiva da autoridade do argumento sobre o argumento de autoridade. Há teorias intrincadas que mais parecem dificultar o acesso à realidade, tamanha é a complexidade de sua linguagem, mas, em si, teorias são feitas para explicar e nisto implicam simplificar, apresentando uma arquitetura idealizada que, mesmo simplificada, deveria garantir acesso ao que haveria de mais relevante na realidade teorizada. Já não cremos mais em teorias finais, mas isto não desfaz a necessidade de teorizar. Apenas nos preocupamos agora com teorias abertas, feitas para provocar a dialética sem fim de novas argumentações.

## 1. POR QUE TEORIZAR?

Parece ser necessidade humana fundamental: perante realidade opaca ou que não se desdobra à primeira vista, tentamos ordenar seus traços e sua dinâmica para caber em alguma explicação ordenada. As próprias religiões se nutrem, pelo menos em parte, desta necessidade: perante as dificuldades de entender certas coisas, como sofrimento, morte, injustiça, desespero, tecemos idéias, relatos, estórias, narrativas que colocam ordem neste emaranhado, obtendo com isso alguma tranquilização, em particular quando entram em cena perspectivas eternas e divinas. Segundo estudiosos das religiões, como Shermer (1997; 1999; 2001), as pessoas são “máquinas de crença”, no sentido de que não suportam viver da incerteza e do inesperado, recorrendo, por isso, a procedimentos de estabilização das relações com o mundo e consigo mesmas. O que as religiões propõem são esquemas mentais e comportamentais que traduzem a tranquilidade de quem já não conta com qualquer surpresa na vida porque tudo está previsto e ordenado por um Deus ou coisa parecida. Em certo sentido, as religiões são um tipo de teorização da realidade e que ganham tanto mais fidedignidade, quanto mais se escudam em livros sagrados que constituem referência inamovível da vida. Podem possuir grande efeito de consolo (Boyer, 2001), permitindo que as pessoas se sintam seguras, mesmo em meio às maiores adversidades. Como não damos conta da vida, pois somos seres percíveis e frágeis, o ser humano recorre aos artifícios possíveis para tranquilizar-se, buscando em padronizações bem ordenadas, por mais que inventadas, um refúgio. Daí a força das “auto-ajudas”, que, contrariando o próprio termo, prendem as pessoas em esquemas lineares ordenados que induzem soluções garantidas.

Ainda que saibamos pouco do cérebro humano, é comum vermos nele pelo menos três partes e que correspondem a fases evolucionárias:

a) o **cérebro reptílio** apresenta-se como elaboração bulbosa da coluna vertebral e guarda os centros de controle vital; nele os neurônios comandam a respiração, deglutição, batimento cardíaco e sistema de busca visual; é capaz de reação rápida a movimento ou barulho brusco; corresponderia à fase réptil e está particularmente voltado para a função de sobrevivência, e talvez por isso seja o que ainda funciona quando ocorre morte cerebral; morrendo este cérebro, assim o faz o resto do corpo;

b) o **cérebro límbico**, como fase ulterior própria dos mamíferos que provieram dos répteis, transformou não apenas a mecânica da reprodução, mas também a orientação do organismo com respeito à prole; enquanto os répteis são bem mais desapegados de sua prole, os mamíferos estabelecem interações muito elaboradas e afetivas; dão à luz filhos vivos, não ovos, cuidam deles até à maturidade, o que teria introduzido uma verdadeira revolução social no caminho evolucionário: aparece a comunicação vocal, a separação faz chorar, brincam juntos;

c) o **neocórtex**, o mais recente e maior, corresponde às funções intelectuais e racionais, como falar, escrever, planejar, raciocinar, simbolizar (Lewis/Amini/Lannon, 2000. Hawkins, 2004); para nossa glória, é o órgão do saber pensar.

O ser humano maneja procedimentos mais sofisticados de conhecimento porque dispõe de equipamento fisiológico para tanto e que é o neocórtex, uma camada superior e frontal do cérebro. Não segue daí que o ser humano seja "superior", apenas é mais evoluído, pelo menos neste aspecto (em outros é menos dotado que outros animais, por exemplo, quanto à visão, ouvido, olfato, força muscular). Como temos a tendência de considerar o intelecto nossa maior glória, facilmente reduzimos o cérebro à habilidade intelectualizada, mas esquecemos que, no processo evolucionário, o cérebro sempre teve funções anteriores mais vitais, como cuidar da sobrevivência. Talvez por conta disso, o cérebro tem como uma de suas virtudes maiores a capacidade de arranjar esquemas interpretativos através de ordenamentos conceituais inspirados na prática da vida e elaborados mentalmente. Leve-se em conta que o cérebro não tem contato direto com a realidade externa, já que seu funcionamento, como a vida em geral, é autopoietico (Maturana/Varela, 1994. Maturana, 2001), ou seja, interpretativo e

auto-referente. A realidade externa constrange o comportamento de todo ser vivo, obviamente, mas o que acontece no ser vivo acontece a partir de dentro, na condição de sujeito ou de observador, como diz Maturana. A realidade é reconstruída através dos sentidos e do cérebro, que, observando-a como sujeito, estabelece com ela relação hermenêutica. Alguns chamam a isto de construcionismo ou de construtivismo, e em metodologia corresponde ao tema do "objeto construído": a teoria não trabalha com a realidade como tal, mas com a realidade que consegue manipular metodologicamente, construindo dela uma espécie de modelo reduzido (Demo, 1995).

Aqui está uma das fontes principais da necessidade de teorizar: como não temos acesso direto e garantido à realidade externa, é mister construir alguma idéia, resultando em imagem reconstruída de estilo auto-referente. Não entendemos o outro a partir do outro simplesmente, mas através de interpretação do outro, o que supõe teorização do outro. A perspectiva de Maturana é reconhecida por muitos como excessivamente fechada (Demo, 2002), exacerbando a condição auto-referente do sujeito. A rigor, não conseguimos distinguir claramente entre realidade e ilusão, já que não teríamos um juiz externo a quem recorrer. Entretanto, na práxis histórica os seres humanos, em sua convivência, definem níveis aceitáveis de realidade, de validade certamente relativa, mas apropriados para uma relação razoável com a realidade externa. Varela, por conta deste reparo, optou pelo conceito de "enação", para equilibrar melhor a habilidade auto-referente com os constrangimentos externos (Varela/Thompson/Rosch, 1997). Estes são essenciais para o processo evolucionário e para a vida, ainda que, em última instância, a dinâmica seja de dentro para fora. Assim, o observador da realidade não apenas observa, mas tenta captar traços que consegue divisar na realidade, fazendo dela algum modelo de estrutura ou dinâmica, de tal sorte que possa interagir com ela sem susto.

Em recente obra sobre inteligência, Hawkins (2004) aposta que inteligência real humana é a capacidade de prever comportamentos com base em memória que padroniza traços recorrentes da realidade. Através da experiência de vida, o ser humano vai construindo um repertório de apreensões padronizadas da realidade e que guarda na memória, ativando-o em novas circunstâncias. É interessante que Hawkins distingue acuradamente entre inteligência real (humana) e artificial (apesar de ser um expert reconhecido na área de programação computacional): "Computadores e cérebros

estão construídos sobre princípios completamente diferentes. Um é programado, outro é auto-aprendente. Um precisa ser perfeito para funcionar sem problemas, o outro é naturalmente flexível e tolerante a falhas. Um tem um processador central, o outro não tem controle centralizado” (2004:12). Hawkins acentua, assim, o traço da inteligência que está sempre em jogo no conhecimento mais racionalizado que conhecemos e que é o científico. Neste, teorizar é sempre padronizar, buscar leis ou pelo menos regularidades, destacar o que se repete, até descobrir, segundo metodologias mais formalistas, invariantes da realidade e da explicação (Demo, 2000). Com efeito, e com alguma base biológica, pode-se afirmar que, perante o desconhecido, a mente humana procede tendencialmente por três passos concatenados: I) procura no desconhecido o que haveria de conhecido, familiar; II) destaca o que se repete, é regular; III) se isto não funcionar, a própria mente impõe uma ordem e chamamos a isto de teoria. Esta visão, porém, é unilateral, porque ignora a face complexa não linear da inteligência humana, como bem realça, entre outros, Hofstadter (2001), quando, também contrapondo-se à pretensa inteligência do computador, aponta para os horizontes mais surpreendentes e criativos. “Ninguém sabe por onde passa a linha divisória entre o comportamento não inteligente e o comportamento inteligente; na verdade, admitir a existência de uma linha divisória nítida é provavelmente uma tolice. Mas, certamente, são capacidades essenciais para a inteligência: responder a situações de maneira muito flexível; tirar vantagens de circunstâncias fortuitas; dar sentido a mensagens ambíguas ou contraditórias; reconhecer a importância relativa de elementos de uma situação; encontrar similaridades entre situações, apesar das diferenças que possam separá-las; encontrar diferenças entre situações, apesar das similaridades que possam uni-las; sintetizar novos conceitos, tomando conceitos anteriores, e reordená-los de maneiras novas; formular idéias que constituem novidades. Aqui nos encontramos diante de um aparente paradoxo. Por sua própria natureza, os computadores são as criaturas mais inflexíveis, incapazes de desejar e obedientes às regras. Por mais rápidos que possam ser, são também, ao mesmo tempo, a síntese da inconsciência” (2001:28).

Observa-se nesta citação a mescla arguta entre a habilidade de padronizar e despadronizar da inteligência mais criativa. Ambas as instâncias são fundamentais. A primeira – padronizar – é crucial para o domínio do objeto, manipulação da realidade,

construção das tecnologias, confiabilidade do discurso e dos resultados. A segunda – despadronizar – é essencial para inovar, ultrapassar paradigmas, ver além da colina, abrir-se para o surpreendente e singular. A mente humana age em ambas as direções. Por exemplo, uma criança brasileira que passa a viver nos Estados Unidos e brinca com crianças americanas, em alguns meses sabe inglês. Nunca estudou gramática, não decorou vocábulos, não assistiu a nenhum curso. Sabe inglês pela convivência cultural e social, através de métodos hermenêuticos de comunicação que proporcionam o domínio sem maior esforço da língua estrangeira. Edelmam/Tononi, num monumental estudo sobre a consciência e indagando principalmente como a “matéria se torna imaginação”, apontam para este lado da inteligência humana. No processo evolucionário pode-se perceber “que o ser é prévio ao descrever, que a seleção natural é prévia à lógica e que, no desenvolvimento do pensamento, fazer é prévio ao compreender” (2000:207). Aduzem com isso que a própria natureza se aproveita dos dois modos: num lado, segue padrões e por isso possui códigos, genoma, DNA; noutro, nunca se repete em seus seres, porque cada ser, ao lado de expressões comuns, possui individualidade própria irrepetível. Por um viés intelectualista e racionalista, facilmente imaginamos que o ser existe porque o descrevemos ou reconhecemos, ou a lógica está na origem da seleção natural, ou que, para fazer, é preciso, antes, compreender. O advento da lógica difusa também contribuiu para a percepção da face menos padronizada ou padronizável da realidade, como assevera Kosko (1999), ao sugerir que linhas retas não existem a rigor na natureza. A natureza não é exata, precisa, completa. Ao contrário, é um tumulto, como diria Morin (2002). Kosko chega a dizer que linha reta é coisa dos ditadores, que apreciam alinhar as pessoas de maneira mais rígida possível a seu comando, mas que a realidade não conhece este tipo de comando.

Este reconhecimento da realidade como tendo faces lineares e dinâmicas não lineares apenas acentua mais ainda a teorização como esforço de padronização, porque nossa mente se sente segura quando consegue impor ordem ao caos. De fato, de toda dinâmica pode-se descobrir recorrências. Nada é tão individual que não tenha alguma regularidade ou recorrência, o que permite ordenar de alguma forma. Teorizamos, porém, não só porque precisamos nos tranquilizar, mas igualmente porque não temos acesso direto à realidade externa. A rigor, temos da realidade externa uma “teoria”, no sentido de uma imagem reconstruída interpretativamente. Acresce-se

a isto ainda o argumento sociológico: a sociedade tende a se ordenar em torno de normas, valores e sanções, através dos quais prefere comportamentos regrados, repetidos, medíocres. Se a cada dia mudássemos de comportamento, não só enlouqueceríamos, como enlouqueceríamos os outros também. Este tipo de regularidade social faz parte da normalidade, por mais que seja o túmulo da criatividade (Demo, 2002a). Teoria é, neste sentido, a expectativa ordenada de nossa mente frente à realidade cotidiana, embora não passe aí de senso comum.

## 2. TEORIA CIENTÍFICA

O que chamamos de teoria científica possui estruturação bastante específica, porque se trata de produção metodologicamente controlada e no contexto de uma “comunidade acadêmica” que disputa espaço e posições (Collins, 1998. Kuhn, 1975). Esta disputa pode ser vista sob o prisma dos paradigmas, tanto mais aguçada pela obra de Popper (1959), que ofereceu como critério de cientificidade a “falsificabilidade” das teorias (Demo, 1995), imaginando a atividade científica como uma arena aberta de disputas entre teorias rivais, permanecendo de pé e sempre provisoriamente aquela que detivesse melhores argumentos no momento. Em termos menos agressivos, mas não menos efetivos, a Escola de Frankfurt ofereceu critério similar da “discutibilidade” formal e política do conhecimento científico (Demo, 2000. Freitag, 1986), reconhecendo que tais critérios não se resumem aos formais como quer o positivismo popperiano, mas atinge também a dimensão política, por conta da politicidade do conhecimento (Demo, 2002). É neste sentido que se diz ser a teoria científica objeto de cuidado intenso e, muitas vezes, de muita intriga, como, por exemplo, aparece na disputa mal-educada entre modernismo e pós-modernismo (Sokal/Bricmont, 1999. Pracontal, 2002. Demo, 1999). O argumento mais profundo, entretanto, é de marca epistemológica, sem escamotear sua verve política: faz parte da dinâmica complexa não linear do conhecimento seu caráter disruptivo, rebelde, questionador, porquanto conhecer não é afirmar ou confirmar, mas questionar, confrontar-se, recusar. Aí começa o saber pensar: quem não sabe pensar, acredita no que pensa, mas quem sabe pensar questiona o que pensa (Demo, 2000a). Este tipo de tessitura provoca naturalmente cuidados metodológicos facilmente exacerbados, pois o ambiente natural do conhecimento científico não é a certeza, mas a incerteza (Salomon, 2000. Demo, 2000b). Em contexto de

extrema fragilidade e provisoriedade de dinâmicas e produtos, teorias científicas precisam cuidar-se e ser cuidadas de maneira sistemática para não sucumbirem a qualquer solavanco. Basta olhar para o processo de defesa de dissertação ou tese na academia: o orientando precisa sobreviver à seleção que em geral não entende bem, seguir um curso, fazer disciplinas obrigatórias, praticar a pesquisa sistemática e controlada, engolir um orientador que decide sobre a qualidade da tese e possibilidade de ser defendida, e fazer a defesa, que freqüentemente tem ares de inquisição, na qual os examinadores muitas vezes menos examinam, do que se produzem. E tudo isso para um tirocinio que não passa de exercício acadêmico e vai descansar na poeira de alguma estante irrelevante. Neste mesmo horizonte, a sobrevivência do mestrado profissional continua impondo calafrios aos amantes da academia rigorosa e clássica, porque não aceitam que teoria seja colocada em segundo plano, se dispense pesquisa, o curso se complete em meras aulas e a tese se reduza a um relatório modesto. Enquanto para uns é sacrilégio, para outros é a libertação do entupimento teórico mais ou menos inútil para a vida concreta das pessoas. Essas rugas desvelam o campo minado da teoria científica.

Por teoria científica entende-se, em geral, a estruturação discursiva que oferece coerência e consistência a um modo de compreender a realidade, de tal sorte que facultaria explicar sua estrutura e/ou dinâmica de maneira mais ou menos abrangente. Faz parte dela a “hipótese de trabalho”, através da qual se impõe ao processo uma direção provisória e antecipada, que a pesquisa vai confirmar ou infirmar. Hoje temos mais claro que se trata de processo extremamente seletivo, porque é impraticável colocar numa única teoria a complexidade indevassável da realidade. Mas houve um tempo – e ainda há asseclas desta posição – em que se pretendia uma teoria final ou de tudo (everything theory) (Weinberg, 1996. Barrow, 1994; 1998. Gribbin, 1998). Primeiro, em qualquer teoria há um ponto de partida que não faz parte da teoria, pelo menos no início, e que aparece facilmente na hipótese: lança-se uma suspeita de explicação possível e que vai ser desdobrada em procedimentos ulteriores. Este argumento epistemológico é potente, porque afasta desde logo explicações últimas, já que não temos, a rigor, como saber onde começa e onde termina a realidade. Ademais, se questionarmos este ponto de partida, cai o edifício, revelando sua fragilidade natural. Por exemplo, foi ponto de partida de Marx a aposta de que a explicação da história estaria fundamentalmente na dialética da infra-

estrutura econômica, enquanto que para Weber a hipótese mais verossímil seria um tipo de cultura protestante no caso do capitalismo. Com pontos de partida tão diferentes, o edifício teórico torna-se muito diverso, em parte incompatível. Segundo, sendo o exercício de teorização não apenas procedimento formal, mas histórica e culturalmente plantado, datado e localizado, como quer a pesquisa pós-colonialista (Harding, 1998. Smith, 1999), possui sempre também componentes não universalizáveis e que correspondem, em geral, às relevâncias consideradas no momento. Este olhar por vezes muito agressivo oferece o contra-argumento de que o conhecimento científico não é universal, a não ser em sua face formal (lógica, matemática, metodologias), pela simples razão de que o ser humano não é entidade universal: é produto evolucionário e histórico, datado e localizado, em si descartável. Não pode haver verdade final e definitiva na teorização científica, porque esta é tecida por figura passageira e culturalmente marcada. Assim como seria impróprio advogar a universalidade de uma cultura, a não ser por trambique prepotente, não cabe mais solicitar para o conhecimento científico foros de transcendência eterna. Terceiro, as teorias, como se diz hoje, são “metanarrativas” (Lyotard, 1989. Demo, 1999), ou seja, construções feitas por sujeitos concretos incapazes de estabelecerem verdades inconcussas. Como propõe Habermas (1989), verdade é pretensão de validade, no sentido de que, reconhecendo a validade apenas relativa (não relativista) das teorias, procura-se, através de esforço metodológico sistemático e aberto, sustentar os melhores argumentos possíveis e que, por definição, não podem ser finais, cabais, fatais. Faz parte da pretensão de validade que a teoria não se esfale no ar de imediato, mas demonstre certa consistência no tempo a peso de argumentos bem tramados. Mas, na validade há mais pretensão do que verdade, do que segue que proteger obsessivamente uma teoria somente apressa seu esfacelamento. A qualidade da teoria está menos em seus cães de guarda, do que na abertura incondicional do debate franco e bem argumentado, dentro da convicção cada vez maior de que a finalidade da teoria não é parar o debate, mas alimentá-lo indefinidamente, abrindo novos espaços de indagação e análise. As narrativas não fazem mais que arrumar um relato relativamente formalizado, não juram pela verdade final delas, contentam-se em ser razoáveis relativamente, apresentam horizontes diversos para mentes diversas. Daí não segue o relativismo, porque, como a discussão sobre paradigmas bem ilustrou, a ciência, para que tenha validade histórica,

precisa estruturar-se em paradigmas, cuja validade, mesmo relativa, é inegável. O problema é reclamar validades que ferem sua relatividade multicultural e epistemológica.

No modernismo científico, de cariz positivista, as pretensões exacerbadas de verdade nutriram-se de alguns horizontes característicos, entre eles:

a) metodologias lógico-experimentais – na busca de conhecimento seguro, válido para todos e para sempre, desenvolveram-se metodologias que praticam controle sistemático e replicável, com grande êxito concreto, porque facultaram descobertas monumentais da realidade (física, química, matemática, biologia, engenharias, medicina, etc.); esta crença foi abalada, em seu próprio berço, por Hume em primeiro lugar e depois pela obra de Popper (Demo, 1995), em cujo contexto ficou claro que evidências empíricas são tipicamente produto teórico e/ou ideológico, já que, trabalhando a teoria com conceitos, estes não são verificáveis empiricamente; além disso, este procedimento, quando obsessivo, recai na “ditadura do método”, considerando real apenas o que o método pode captar (Morin, 1996. Demo, 1999);

b) teorias de tudo – como já vimos acima, foi uma das pretensões mais fortes do modernismo poder encontrar, pela via analítica sistemática, mesmo reducionista e simplificadora (Haack, 2003), o fundo da realidade, a exemplo da química e física, que chegaram à estrutura atômica; chega-se a falar de “fim da ciência” (Horgan, 1997), ou do “que haveria ainda para ser descoberto” (Maddox, 1999), ou de “fronteira final” (Gribbin, 2001), insinuando-se que a trajetória analítica estaria se completando; com o retorno da “dialética da natureza”, proposto por Prigogine (1996. Prigogine/Stengers, 1997), e com base no reconhecimento da complexidade não linear da realidade (Morin, 1995. Casti, 1995. Rescher, 1998), o sonho da teoria final (Weinberg, 1996) esboroou-se por conta principalmente de uma questão epistemológica: o ordenamento teórico linear da realidade é certamente útil, como foi em particular no desenvolvimento das tecnologias, mas não faz justiça à sua tessitura também não linear, ocorrendo aí dissonância irreconciliável ao final das contas (Demo, 2002);

c) explicação imanente – uma das pretensões mais fortes e efetivas do modernismo foi a derrubada das referências transcendentais (religião, filosofia, teologia, alquimia), colocando em seu lugar argumentos imanentes, naturais; o signo maior deste tento foi a obra de Darwin, que dispensou ostensivamente qualquer hipótese divina para explicar o surgimento do ser

humano na natureza; a ciência se basta, destruindo com isso os argumentos de autoridade, sem perceber, no entanto e à revelia que, fazendo-se autoridade única, tornava-se, como sempre dizia Feyerabend (1977; 1979), a religião mais fundamentalista dos novos tempos; apesar da esperteza da pretensão modernista, incidiu em extrema ingenuidade ao não perceber que, apegando-se à imanência e sendo esta evolucionária e histórica, não caberiam pretensões universais e finais;

d) guerra entre ciências humanas e naturais – apesar da “consiliência” de Wilson (1998), que aposta na reconciliação das ciências pela via do método das ciências naturais, persiste a crença difundida de que ciência em sentido estrito são apenas as ciências naturais, porque praticam métodos lógico-experimentais; esta crença vai ainda a ponto de desacreditar os antigos humanistas, em favor dos “novos humanistas” (Brockman, 2003), tendo estes como vantagem estudar o ser humano através dos métodos científicos modernistas; a noção de “dialética da natureza” de Prigogine coloca as coisas na outra direção: o futuro da ciência estaria no contexto das ciências humanas; mas é preciso reconhecer que o êxito do positivismo científico é tanto, em particular nos Estados Unidos, que a “ditadura do método” ainda não parece ceder perceptivelmente;

e) dicotomias entre métodos quantitativos e qualitativos – embora exista já reconhecimento amplo de que não há dicotomias, porquanto a realidade, em sua complexidade, exige a ambos os métodos e que no fundo são o mesmo esforço de cercar realidade transbordante, persiste a noção de que métodos qualitativos são concessivos e não podem disputar espaço com os quantitativos; muitas vezes a discussão é atrapalhada pelos abusos dos métodos qualitativos (Demo, 2001), mas isto não elide sua necessidade por razão epistemológica precípua: a complexidade da realidade é tamanha, em particular em dinâmicas como seres vivos e humanos, culturas, fenômenos políticos e profundamente subjetivos, que não é devassável apenas quantitativamente; ao mesmo tempo, tornou-se claro que nos próprios métodos, aparentemente neutros e objetivos, vibram pressupostos epistemológicos, ontológicos e ideológicos (Harding, 1998. Smith, 1999), porque é impossível fazer ciência sem sujeito; a figura central da ciência ainda é o cientista, não o método; este é apenas instrumental, enquanto aquele é a razão de ser.

Foucault, mais que outros, captou a politicidade dos procedimentos de teorização, em particular sob a ótica da “ordem do discurso” (Foucault, 2000. Portocarrero,

1994), mostrando que a lide científica significa um estilo de intervenção na realidade, que não é apenas explicada, compreendida, mas manipulada, em particular, dominada. Para tanto, é notória a preferência por procedimentos lineares, por razão de método. Em vez de se colocar a realidade como razão maior de ser, coloca-se o método, que acaba decidindo o que é real. Teoria restringe-se, assim, a gesto formalizante extremado, tendo-se em mente sempre a busca de leis ou regularidades que, podendo sobreviver a todos os testes, se tornariam “universais”. Na prática, porém, no discurso há mais ordem do que explicação, assim como em qualquer dissertação ou tese há mais forma do que realidade. Ocorre, porém, que esta metodologia teve e tem êxito inegável, em especial nas aplicações tecnológicas e que formam uma das maiores glórias da ciência. Nossas tecnologias são lineares, reversíveis, algorítmicas, como é, por exemplo, o computador. Este não sabe pensar (pelo menos por enquanto) (Dreyfus, 1997), mas é muito efetivo em processar e armazenar informação. Por ser linear é também confiável, marca importante para o ser humano que, por exemplo, dificilmente se disporia a voar em avião não linear! Concretamente, a ciência tripudia sobre a face linear da realidade, a ponto de a declarar única existente, não porque o seja, mas porque assim o método espera e, ao final, decide. Por isso, em toda teorização predomina o ordenamento formal: cada conceito precisa estar bem definido; as categorias precisam modular uma catedral de componentes bem orquestrados; o texto tem capítulos sucessivos e amarrados; o intento pressupõe um roteiro de procedimentos que vai da introdução à conclusão, passando pelas partes teórica, metodológica e analítica; há regras mais ou menos estritas de como formatar o texto, argumentar, citar, inclusive de apresentação externa; a orientação não está longe da domesticação, preferindo-se geralmente o orientando fiel ao competente. A ciência tem a seu favor, obviamente, que entendemos melhor o que está ordenado. Não nos sentimos bem no caos e é por isso que dizemos “caos estruturado”: mesmo no caos há estruturas, porque não saberíamos formular uma idéia caótica de caos. Idéia já é coisa ordenada.

### 3. TEORIA HOJE

Teorizar ainda está na ordem do dia. O que incomoda geralmente é termos de reconhecer que se trata de empreendimento limitado e de validade muito relativa. Pelas pretensões modernistas, ciência deveria substituir a eternidade. Embora seja

fantástica contradição performativa pretender argumentações finais – porque se elide a contra-argumentação – um problema crucial do modernismo foi a crítica sem autocrítica. Guinada importante aconteceu com a “teoria crítica” (Freitag, 1986), porque buscava, entre outras coisas, coerência entre crítica e autocrítica, no fundo, refazendo a dinâmica central do conhecimento disruptivo: o que, acima de tudo, o conhecimento questiona é a si mesmo. Este resgate socrático é o que há de mais pós-moderno, no bom sentido, mostrando também que nem sempre o que parece novo é tão novo assim. Com efeito, a coerência da crítica está na autocrítica, colocando perspectiva mais aberta aos procedimentos de teorização. Em toda teorização há pretensões lineares, porque a tentação da ordem é muito forte, tendo raízes, como vimos, também biológicas: um ser frágil, como é o ser humano, usa o cérebro também – talvez sobretudo – para garantir sua sobrevivência, não para brincar de matemática e lógica. Racionalidade não é tudo (Damásio, 1996), sem falar que racionalidade tende a expressar-se multiculturalmente. Apreciamos dinâmicas que facilmente dominamos pela via da formalização teórica, mas deixamos de perceber que nelas já nada ocorre de novo e inovador. A natureza mostrou-se tão criativa porque, ao lado de replicações lineares evolutivas, contém as não lineares, o que desabrocha naturalmente em criatividade ilimitada. Cada ser é, num sentido, similar, e, noutro sentido, único. A ciência desdobra-se sobre as similitudes, regularidades, recorrências, porque, ao repetirem-se, não trazem sobressalto. Prefere ter da natureza esta noção ordenada e que caberia, ao final, numa fórmula matemática simples. Entretanto, este olhar parece ultrapassado, não só porque nossas teorias, até hoje, são perecíveis, incompletas, relativas, mas também porque temos em nós mesmos e na natureza mistérios que parecem indevassáveis (Davies, 1999. Wright, 2000). A ciência avança, sem dúvida, e as tecnologias são exemplo convincente, mas não temos como afirmar que poderíamos um dia explicar a realidade em termos definitivos, finais. O fato mais marcante na história da ciência (Burke, 2003) parece ser que todas as teorias se mostraram incompletas, também aquelas gestadas nas ciências naturais. Popper teria razão: não passam de hipóteses que apenas podemos, no máximo, corroborar, nunca verificar. Quando se chegou ao nível atômico da análise da realidade física, imaginávamos ter chegado ao fundo do poço, aí onde a matéria apresentaria sua estrutura final. Logo a seguir descobriu-se que o mundo subatômico é incomensurável também. Não parece haver

fundo, nem para cima, nem para baixo. Ainda, como somos parte deste processo evolucionário e histórico, não caberia pretender entendê-lo de cima ou de fora. Entendemos sempre de modo multicultural, como parte, parcialmente. Por isso mesmo, em toda teorização há, tendencialmente, mais ordenamento, ajeitamento, manipulação, do que realidade como tal, que sempre se esgueira na sombra, qual jogo de esconde-esconde.

O pós-modernismo, a par de propriedades respeitáveis, produziu também inúmeras irresponsabilidades, à medida que facilmente institui o vale-tudo teórico, o relativismo metodológico ou a fragmentação cultural irreversível. Tem-se a impressão de que fazer teoria é dizer qualquer coisa, oferecer discurso frouxo, colher da internet fórmulas prontas, “chutar” à vontade. Qualquer tese pode ser aceita, já que todo olhar observa de maneira própria, subjetiva. Trocamos a rigidez de paradigmas clássicos por paradigma nenhum. Faço aqui o esforço de construir um meio termo, mesmo que no meio estejam não só a virtude, mas também a mediocridade. Quando se alude a um meio termo, pode-se facilmente implicar banalizações de consensos fáceis que fazem todo mundo encontrar-se e abraçar-se. Não me refiro a isso. Ao contrário, proponho estilos dialéticos de consenso, tão frágeis que carecem do maior esforço possível e imaginável de teorização metódica e conseqüente (Demo, 1994; 2005). É sempre possível retirar dupla conclusão: porque tudo é tão frágil, vale qualquer coisa; ou, porque tudo é tão frágil, precisamos cuidar tanto mais da arte de bem argumentar. Estou interessado nesta segunda conclusão.

Neste sentido, aproximo teorizar de bem argumentar e, se possível, faria coincidir. Argumentar significa aduzir razões bem formuladas, tecidas, tramadas teoricamente, para que possam merecer a atenção e até mesmo o acatamento do outro. Seu centro é o questionamento, porque argumentar sempre começa com desconstruir. Não é necessário entender mal esta idéia, como se azedume fosse sua sina. Pode ser, mas não é disto que se trata. Desconstruir significa o primeiro gesto do conhecimento disruptivo, não envolvido na reprodução do que já existe e se diz, mas em sua reconstrução. Desconstruir é, por exemplo, saber “contraler” (Demo, 1994), como sugeria Paulo Freire (1997). Frente à realidade, o gesto primeiro de quem argumenta (não engole) é de a questionar, desvelando o que tem por trás, o que nela se esconde, o que nela se impõe, o que nela se adultera. O segundo gesto será reconstrutivo, para contrapropor. Ao mesmo tempo, argumentar implica contra-argumentar,



porque se insere em atividade comunicativa dialética entre parceiros que se respeitam e confrontam. A arte de argumentar, assim, não pressupõe calar o outro, nem mesmo por obra de argumento tão bem feito que o outro fique sem resposta. Pressupõe provocar o outro a entrar no mesmo diapasão, a participar como sujeito que contribui e questiona, a peticionar sua parceria para continuar inovando o conhecimento. Argumentar exige esfera pública aberta livre, não porque a comunicação humana não seja estratégica (esta tese de Habermas não se sustenta sociologicamente) (Bourdieu, 1996; 1996a. Mészáros, 2004), mas precisamente pelo contrário: sendo estratégica a comunicação humana, as artimanhas do poder não podem prevalecer, embora assim o tentem sistematicamente. Para que prevaleça o bem comum ou o interesse coletivo, os parceiros precisam exercer, uns sobre os outros, devido controle democrático. O controle democrático mais inteligente que se conhece é aquele inspirado e fundado na autoridade do argumento, porque permite convencer, sem vencer.

Assim, não esperamos mais necessariamente concordância com as teorizações, porque divergir delas é, no fundo, mais importante do que com elas acordar. Esperamos que as teorizações sejam tão bem tramadas, que mereçam atenção e até mesmo acatamento, não sendo isso, porém, seu teste crucial. Seu teste crucial e sempre relativamente frágil e incompleto é o esforço de bem argumentar. Numa tese de doutorado, por exemplo, não pretendemos mais que a “vítima” apresente texto irrecusável por conta de sua habilidade formalizante, extensão das citações e revisão bibliográfica, acuidade dos exercícios estatísticos, domínio de conteúdos, porque tudo isso é instrumental. O que mais queremos ver na tese é “saber pensar” (Demo, 2000a). A discussão que pode/deve ocorrer na defesa da tese não colima mostrar nem que a proposta é correta, nem que é

falsa, mas a propriedade da respectiva argumentação, sua inteligência ou falta de inteligência, sua condução bem arquitetada ou mal posta, seu olhar instigante ou banal. Há argumentos equivocados, claramente, mas esta preocupação não é principal, já que em todo argumento, por mais bem feito que seja, há incompletudes insuperáveis. O erro é parte da verdade científica (Hecht, 2003). Não está em jogo o acerto puro e simplesmente, mas doses maiores ou menores, mais e menos criativas e inteligentes, de acerto relativo. Por isso, uma tese pode ser, hoje, provocativa, deixar mais perguntas que respostas e mesmo reconhecer que certa direção não pôde ser concluída. A tese, longe de ser produto final, é apenas etapa que, como tal, precisa ser, antes de tudo, vencida. Também, por ser rito de passagem, não é o caso encalhar-se nele. É mais arguto livrar-se dele.

Teoria é como rede que se joga no rio para pegar peixe. Esta metáfora é apenas artifício explicativo, obviamente. Não pega tudo, nem nela cabe tudo. Para pegar peixe pequeno, é mister rede mais fina. Não funciona em qualquer lugar: onde há leito cheio de obstáculos, é possível que a rede se prenda e rompa. Assim como seria impróprio pretender uma rede universal para peixes universais, é incongruente postular teorias cabais. No seu lado de arte, fazer teoria depende muito da subjetividade e criatividade de cada qual, além da experiência acadêmica. Apelando também para a “retórica”, a aceitação de teorias depende vastamente da habilidade de elaborar e principalmente de apresentar (Perelman/Olbrechts-Tyteca, L. 1996. Perelman, 1997). É por isso que nas defesas de tese os orientandos mais espertos – juntamente com seu orientador esperto – cuidam não só da retórica da apresentação, mas principalmente que estejam na banca examinadores que gostam de escutar o que têm para ouvir. Afinal, não está na Bíblia que se deva ser tonto!

## REFERÊNCIAS

- 
- BARROW, J.D. 1994. Teorias de Tudo – A busca da explicação final. J. Zahar Ed., Rio de Janeiro.
- BARROW, J.D. 1998. Impossibility – The limits of science and the science of limits. Oxford University Press, Oxford.
- BOURDIEU, P. 1996. A Economia das Trocas Linguísticas. EDUSP, São Paulo.
- BOURDIEU, P. 1996a. Razões Práticas – Sobre a teoria da ação. Papyrus, Campinas.
- BOYER, P. 2001. Religion Explained – The evolutionary origins of religious thought. Basic Books, New York.
- BROCKMAN, John. (Ed.). 2003. The New Humanists – Science at the edge. Barnes & Noble Books, New York.

- BURKE, P. 2003. Uma História Social do Conhecimento – De Gutenberg a Diderot. Zahar Editores, Rio de Janeiro.
- CASTI, J.L. 1995. Complexification – Explaining a paradoxical world through the science of surprise. Harper Perennial, New York.
- COLLINS, R. 1998. The Sociology of Philosophies – A global theory of intellectual change. The Belknap Press of Harvard University Press, Cambridge, Massachusetts.
- DAMÁSIO, A.R. 1996. O Erro de Descartes – Emoção, razão e o cérebro humano. Companhia das Letras, Rio de Janeiro.
- DAVIES, P. 1999. The 5th Miracle – The search for the origin and meaning of life. Simon & Schuster, New York.
- DEMO, P. 1994. Pesquisa e Construção do Conhecimento – Metodologia científica no caminho de Habermas. Tempo Brasileiro, Rio de Janeiro..
- DEMO, P. 1995. Metodologia Científica em Ciências Sociais. Atlas, São Paulo.
- DEMO, P. 1999. Conhecimento Moderno – Sobre ética e intervenção do conhecimento. Vozes, Petrópolis.
- DEMO, P. 2000. Metodologia do Conhecimento Científico. Atlas, São Paulo.
- DEMO, P. 2000a. Saber Pensar. Cortez, São Paulo.
- DEMO, P. 2000b. Certeza da Incerteza – Ambivalências do conhecimento e da vida. Plano, Brasília.
- DEMO, P. 2001. Pesquisa e Informação Qualitativa. Papirus, Campinas.
- DEMO, P. 2002. Complexidade e Aprendizagem – A dinâmica não linear do conhecimento. Atlas, São Paulo.
- DEMO, P. 2002a. Introdução à Sociologia – Complexidade, interdisciplinaridade e desigualdade social. Atlas, São Paulo.
- DEMO, P. 2002b. Politicidade – Razão humana. Papirus, Campinas.
- DEMO, P. 2004. Pesquisa Participante: Saber pensar e intervir juntos. Plano, Brasília.
- DEMO, P. 2004a. Universidade, Aprendizagem e Avaliação. Mediação, Porto Alegre.
- DEMO, P. 2005. Argumento de Autoridade X Autoridade do Argumento. Tempo Brasileiro, Rio de Janeiro.
- DREYFUS, H.L. 1997. What Computers still Can't Do – A critique of artificial reason. The MIT Press, Cambridge, Massachusetts.
- DUDERSTADT, James J. 2003. A University for the 21st Century. The University of Michigan Press, Ann Arbor.
- FEYERABEND, P. 1977. Contra o Método. Francisco Alves, Rio de Janeiro.
- FEYERABEND, P. 1979. Erkenntnis für freie Menschen. Suhrkamp, Frankfurt.
- FOUCAULT, M. 2000. A Ordem do Discurso. Loyola, São Paulo.
- FREIRE, P. 1997. Pedagogia da Autonomia – Saberes necessários à prática educativa. Paz e Terra, Rio de Janeiro.
- FREITAG, B. 1986. A Teoria Crítica - Ontem e hoje. Brasiliense, São Paulo.
- GRIBBIN, J. 1998. The Search for Superstrings, Symmetry, and the Theory of Everything. Little, Brown and Company, New York.
- GRIBBIN, J. 2001. Hyperspace - Our final frontier. DK Publishing, New York.
- HAACK, Susan. 2003. Defending Science within Reason – Between scientism and cynicism. Prometheus Books, New York.
- HABERMAS, J. 1989. Consciência Moral e Agir Comunicativo. Tempo Brasileiro, Rio de Janeiro.
- HARDING, S. 1998. Is Science Multicultural? Postcolonialisms, feminisms, and epistemologies. Indiana University Press, Bloomington and Indianapolis.
- HAWKINS, Jeff. 2004. On Intelligence. Times Books, New York.

- HECHT, Jennifer M. 2003. *Doubt – A History – The great doubters, their legacy of innovation from Socrates and Jesus to Thomas Jefferson and Emily Dickinson*. HarperSanFrancisco, New York.
- HOFSTADTER, D.R. 2001. *Gödel, Escher, Bach – Um entrelaçamento de gênios brilhantes*. Editora UnB, Brasília.
- HORGAN, J. 1997. *The End of Science – Facing the limits of knowledge in the twilight of the scientific age*. Broadway Books, New York.
- KOSKO, B. 1999. *The Fuzzy Future – From society and science to heaven in a chip*. Harmony Books, New York.
- KUHN, T.S. 1975. *A Estrutura das Revoluções Científicas*. Ed. Perspectiva, São Paulo.
- LEWIS, T., AMINI, F., LANNON, R. 2000. *A General Theory of Love*. Random House, New York.
- LYOTARD, J.-F. 1989. *La Condición Postmoderna - Informe sobre el saber*. Catedra, Madrid.
- MADDOX, J. 1999. *What Remains to Be Discovered – Mapping the secrets of the universe, the origins of life, and the future of the human race*. Simon & Schuster, New York.
- MATURANA, H. 2001. *Cognição, Ciência e Vida Cotidiana*. Organização de C. Magro e V. Paredes. Ed. Humanitas/UFMG, Belo Horizonte.
- MATURANA, H./VARELA, F. 1994. *De Máquinas y Seres Vivos – Autopoiesis: la organización de lo vivo*. Editorial Universitaria, Santiago.
- MÉSZÁROS, I. 2004. *O Poder da Ideologia*. Boitempo, São Paulo.
- MORIN, E. 1995. *Introdução ao Pensamento Complexo*. Instituto Piaget, Lisboa.
- MORIN, E. 1996. *Ciência com Consciência*. Bertrand Brasil, Rio de Janeiro.
- MORIN, E. 2002. *La Méthode - 5. L'humanité de l'humanité. L'identité humaine*. Seuil, Paris.
- PERELMAN, C. 1997. *Retóricas*. Martins Fontes, São Paulo.
- PERELMAN, C./OLBRECHTS-TYTECA, L. 1996. *Tratado da Argumentação – A nova retórica*. Martins Fontes, São Paulo.
- POPPER, K.R. 1959. *The Logic of Scientific Discovery*. Hutshinson of London, London.
- PORTOCARRERO, V. (Org.). 1994. *Filosofia, História e Sociologia das Ciências – Abordagens contemporâneas*. Ed. FIOCRUZ, Rio de Janeiro.
- PRACONTAL, M. 2002. *A Impostura Científica em Dez Lições*. Editora UNESP, São Paulo.
- PRIGOGINE, I. 1996. *O Fim das Certezas – Tempo, caos e as leis da natureza*. Ed. UNESP, São Paulo.
- PRIGOGINE, I./STENGERS, I. 1997. *A Nova Aliança*. Ed. UnB, Brasília.
- RESCHER, N. 1998. *Complexity – A philosophical overview*. Transaction Publishers, New Brunswick.
- SALOMON, D.V. 2000. *A Maravilhosa Incerteza – Pensar, pesquisar e criar*. Martins Fontes, São Paulo.
- SHERMER, M. 1997. *Why People Believe Weird Things – Pseudoscience, superstition, and other confusions of our time*. W.H. Freeman and Company, New York.
- SHERMER, M. 1999. *How We Believe – The search of God in an age of science*. W.H. Freeman and Company, New York.
- SHERMER, Michael. 2001. *The Borderlands of Science – Where sense meets nonsense*. Oxford University Press, New York.
- SMITH, L.T. 1999. *Decolonizing Methodologies – Research and Indigenous People*. Zed Books, Dunedin.
- SOKAL, A./BRICMONT, J. 1999. *Imposturas Intelectuais – O abuso da ciência pelos filósofos pós-modernos*. Record, São Paulo.
- TURATO, E.R. 2003. *Tratado da Metodologia da Pesquisa Clínico-Qualitativa*. Vozes, Petrópolis.
- VARELA, F.J., THOMPSON, E. & ROSCH, E. 1997. *The Embodied Mind – Cognitive science and human experience*. The MIT Press, Cambridge, Massachusetts.

WEINBERG, S. 1996. Sonhos de Uma Teoria Final – A busca das leis fundamentais da natureza. Rocco, Rio de Janeiro.

WILSON, E.O. 1998. Consilience – The unity of knowledge. Alfred A. Knopf, New York.

WRIGHT, R. 2000. Non Zero – The logic of human destiny. Pantheon Books, New York.

**Pedro Demo**

Doutor em Sociologia - Universität Des Saarlandes

Professor Titular da Universidade de Brasília.

E-mail: pedrodemo@uol.com.br

Telefone: (61) 3072389

Endereço: Universidade de Brasília, Instituto de Ciências Sociais, Departamento de Sociologia. Minhocão, Asa Norte. CEP 70910900 - BRASILIA, DF.